

SUMÁRIO

1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE	27
1.1. A crise ambiental e os refugiados climáticos	27
1.2. O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo	30
1.3. Movimentos ambientalistas: conservacionismo e preservacionismo	34
1.4. As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988	35
1.5. Questões de concursos públicos comentadas	36
2. MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL	37
2.1. Definição de meio ambiente	37
2.2. Espécies de meio ambiente	38
2.3. Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental	38
2.4. Questões de concursos públicos comentadas	41
3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	43
3.1. Introdução	43
3.2. Meio ambiente cultural	44
3.3. Meio ambiente natural	44
3.4. Meio ambiente artificial	44
3.5. Direito intertemporal ambiental	45
3.6. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil e o nascimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	46
3.7. Hermenêutica jurídica ambiental e a interpretação constitucional das normas ambientais	57
3.8. Histórico das principais leis ambientais do Brasil	61
3.9. Questões de concursos públicos comentadas	63
4. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS	65
4.1. Federalismo de cooperação	65
4.2. Competências materiais ambientais	66
4.3. Competências legislativas ambientais	78
4.4. Questões de concursos públicos comentadas	99
5. PRINCÍPIOS SETORIAIS	105
5.1. Definição, funções e tensão	105

5.2.	Princípio da prevenção	106
5.3.	Princípio da precaução	107
5.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento	110
5.5.	Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade	117
5.6.	Princípio do usuário-pagador	119
5.7.	Princípio da cooperação entre os povos	121
5.8.	Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade	121
5.9.	Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental	122
5.10.	Princípio da participação comunitária ou cidadã ou princípio democrático	122
5.11.	Princípio da função socioambiental da propriedade	123
5.12.	Princípio da informação	125
5.13.	Princípio do limite ou controle	126
5.14.	Princípio do protetor-recebedor	126
5.15.	Princípio da vedação ao retrocesso ecológico	128
5.16.	Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada	129
5.17.	Princípio da gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente	129
5.18.	Outros princípios ambientais (11 princípios)	130
5.19.	Tabela dos princípios ambientais	132
5.20.	Questões de concursos públicos comentadas	133
	Vídeo	143
6.	A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	145
6.1.	Princípios	145
6.2.	Objetivos específicos	148
6.3.	Instrumentos	149
6.4.	O sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA)	156
6.5.	Questões de concursos públicos comentadas	168
7.	O ZONEAMENTO AMBIENTAL	177
7.1.	Considerações iniciais	177
7.2.	Definição	178
7.3.	Objetivo geral	179
7.4.	Competência para a realização	179
7.5.	Pressupostos	181
7.6.	Conteúdo	182
7.7.	Alteração	182
7.8.	Regra de transição	182

7.9. Zoneamento industrial	182
7.10. Questões de concursos públicos comentadas	185
 Vídeo	188
8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS	189
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia ambiental	189
8.2. Poder de polícia e taxa	195
8.3. Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental	196
8.4. Peculiaridades da licença ambiental	196
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental	200
8.6. Nova legislação geral de licenciamento ambiental	201
8.7. Definição de licença ambiental e de suas espécies	205
8.8. Espécies, requisitos e prazos das licenças ambientais	206
8.9. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental	214
8.10. Espécies de procedimento (ordinário, simplificado, corretivo e especial)	218
8.11. Publicidade do licenciamento ambiental	222
8.12. Exigibilidade do licenciamento ambiental	223
8.13. Competência para o licenciamento ambiental	226
8.13.1. Disciplina normativa e critérios definidores: extensão do impacto ambiental e dominialidade do bem público afetável	226
8.13.2. Competências licenciatórias federais	230
8.13.3. Competências licenciatórias municipais	236
8.13.4. Competências licenciatórias estaduais	237
8.13.5. Competências licenciatórias do Distrito Federal	238
8.13.6. Competências licenciatórias para a supressão e o manejo de vegetação	238
8.13.7. Regras de competência para o licenciamento ambiental no novo Código Florestal	239
8.13.8. O licenciamento em mais de uma esfera de competência	239
8.13.9. O conflito entre o critério da extensão do impacto ambiental e o critério da dominialidade do bem público afetável	242
8.14. Instrumentos de participação pública no licenciamento ambiental	251
8.15. Participação das autoridades envolvidas no licenciamento ambiental	252
8.16. Despesas do licenciamento ambiental	255
8.17. Demais regras do licenciamento ambiental	256
8.18. Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais	259
8.19. Questões de concursos públicos comentadas	273
 Vídeo	284

	Vídeo	285
	Vídeo	286
9.	ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	289
9.1.	Disposições gerais e novidades do Código Florestal (Lei 12.651/2012)	290
9.2.	Áreas de Preservação Permanente (APP's)	321
9.2.1.	Definição legal	321
9.2.2.	APP's do artigo 4º do novo CFlo	321
9.2.3.	APP's do artigo 6º do CFlo	342
9.2.4.	Outras APP's instituídas pelo CONAMA	343
9.2.5.	Regime especial de proteção e exploração excepcional	345
9.2.6.	Áreas consolidadas em APP's reguladas pelo novo Código Florestal	350
9.2.7.	APP's instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	354
9.2.8.	A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação	356
9.2.9.	Explorações consolidadas em APP	357
9.3.	Apicuns e salgados	360
9.4.	Reserva Legal (RL)	362
9.4.1.	Definição legal	362
9.4.2.	Natureza jurídica	363
9.4.3.	Percentuais mínimos e Cota de Reserva Ambiental	363
9.4.4.	Redução da Reserva Legal	368
9.4.5.	Ampliação da Reserva Legal	368
9.4.6.	Localização da Reserva Legal	369
9.4.7.	Cálculo da Reserva Legal	370
9.4.8.	Dispensa da Reserva Legal	375
9.4.9.	Registro imobiliário e inscrição no Cadastro Ambiental Rural	375
9.4.10.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável da Reserva Legal	378
9.4.11.	Obrigações <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário	379
9.4.12.	Desapropriação e indenizabilidade limitada	380
9.4.13.	Isenção do ITR e averbação da Reserva Legal	380
9.4.14.	Explorações consolidadas em Reserva Legal e sua recomposição	382
9.4.15.	Quadro comparativo entre Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL	385
9.5.	Unidades de Conservação (UC's)	385
9.5.1.	Introdução	385

9.5.2.	Definição legal	386
9.5.3.	Criação, extinção, redução e desafetação	386
9.5.4.	Possibilidade de desapropriação da área	390
9.5.5.	Requisitos para a instituição	390
9.5.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	392
9.5.7.	Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável	393
9.5.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno	397
9.5.9.	Corredores ecológicos	401
9.5.10.	Mosaico	402
9.5.11.	Plano de manejo	402
9.5.12.	Limitações administrativas provisórias	406
9.5.13.	Taxa de visitação e concessão de áreas/serviços/instalações	406
9.5.14.	Gestão por OSCIP e sua concessão aos particulares	407
9.5.15.	Compensação por significativo impacto ambiental	408
9.5.16.	Populações tradicionais	412
9.5.17.	Outras disposições	413
9.5.18.	Competência para o licenciamento ambiental nas unidades de conservação	414
9.5.19.	Regra de transição	414
9.5.20.	Reservas da Biosfera	414
9.5.21.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação	415
9.5.22.	Conselho consultivo ou deliberativo	415
9.5.23.	Unidades de conservação federais	416
9.5.24.	Programa Áreas Protegidas da Amazônia	417
9.5.25.	Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação	418
9.6.	Áreas ambientais municipais	421
9.7.	Áreas de uso restrito	422
9.8.	A zona costeira brasileira e a política nacional para os recursos do mar	424
9.9.	Questões de concursos públicos comentadas	429
	Vídeo	443
10.	AGROTÓXICOS	449
10.1.	Introdução e definições	449
10.2.	Registro de agrotóxicos	455

10.3.	Da autorização de extensão de uso de agrotóxicos em Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI)	458
10.4.	Do comunicado de produção para exportação	458
10.5.	Permissão para importação	458
10.6.	Registro por equivalência	458
10.7.	Registro de pessoas jurídicas	459
10.8.	Sistema unificado de cadastro e de utilização de agrotóxicos e de produtos de controle ambiental informatizado	459
10.9.	Reanálise dos riscos	460
10.10.	Controle de qualidade	461
10.11.	Comercialização	462
10.12.	Embalagens	462
10.13.	Rotulagem para venda e uso	463
10.14.	Armazenamento, transporte e fiscalização	464
10.15.	Responsabilidade civil e administrativa	464
10.16.	Responsabilidade criminal	465
10.17.	Sistema unificado de informação, petição e avaliação eletrônica	466
10.18.	Taxa de avaliação e registro	467
10.19.	Questão de concurso público comentada	467
11.	A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	469
11.1.	Abrangência da gestão de florestas públicas	469
11.2.	Definição de concessão florestal e outras	471
11.3.	Objeto	472
11.4.	Limites	474
11.5.	Regras licitatórias especiais	475
11.6.	Prazo	476
11.7.	Licenciamento ambiental	476
11.8.	Livre concorrência	476
11.9.	Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional	477
11.10.	Extinção da concessão florestal	478
11.11.	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	478
11.12.	Serviço florestal brasileiro	478
11.13.	Concessão florestal na Flona Jamari	479
11.14.	Questões de concursos públicos comentadas	480
12.	ÁGUAS	485
12.1.	Titularidade dominial	485
12.2.	A Política Nacional de Recursos Hídricos	487

12.2.1.	Fundamentos	487
12.2.2.	Objetivos	490
12.2.3.	Diretrizes gerais de ação	491
12.2.4.	Instrumentos	491
12.3.	O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	493
12.3.1.	Composição e objetivos	493
12.3.2.	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	494
12.3.3.	Agência Nacional de Águas	495
12.3.4.	Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal	496
12.3.5.	Comitês de Bacia Hidrográfica	497
12.3.6.	Agências de Água	498
12.3.7.	Organizações civis de recursos hídricos	499
12.4.	Regime jurídico de utilização da água	499
12.5.	Infrações administrativas	507
12.6.	Padrões de qualidade da água	508
12.7.	As águas no Código Civil	510
12.8.	Política Nacional de Segurança de Barragens e Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens	511
12.9.	Poluição por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas brasileiras	516
12.10.	Questões de concursos públicos comentadas	520
13.	AR	529
13.1.	Disposições gerais e Política Nacional de Qualidade do Ar	529
13.2.	Padrões de emissão de gases	534
13.3.	Queimadas e Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo	539
13.4.	Poluição sonora	547
13.5.	Questões de concursos públicos comentadas	549
14.	FAUNA	551
14.1.	Definição e competência dos entes federados	551
14.2.	Amar (política de acolhimento e manejo de animais resgatados)	555
14.3.	Classificação	559
14.4.	Propriedade	559
14.5.	Caça	560
14.6.	Comercialização da fauna silvestre	564
14.7.	Controle da fauna nas imediações de aeródromos	565
14.8.	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	566

14.9. Proteção constitucional	574
14.10. Questões de concursos públicos comentadas	581
15. FLORA	585
15.1. Disposições gerais e competência dos entes federados	585
15.2. Supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo e o controle do desmatamento	589
15.3. Exploração florestal e a sua reposição	590
15.4. Controle da origem dos produtos florestais	592
15.5. Proibição do uso do fogo e controle dos incêndios	593
15.6. Programa de Apoio e Incentivo à Conservação do Meio Ambiente	593
15.7. Agricultura familiar na pequena propriedade ou posse rural	597
15.8. Tutela especial da Mata Atlântica	598
15.9. Tutela especial da Floresta Amazônica	608
15.10. Tutela especial do Pantanal Mato-grossense	610
15.11. Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu	616
15.12. Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	617
15.13. Programa Nacional de Florestas	620
15.14. Política Agrícola para Florestas Plantadas	621
15.15. Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	622
15.16. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG	623
15.17. Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga	625
15.18. Questões de concursos públicos comentadas	626
16. RECURSOS MINERAIS	631
16.1. Propriedade	631
16.2. Competência legislativa	631
16.3. Minas e jazidas	631
16.4. Regimes de aproveitamento	632
16.5. Compensação financeira	638
16.6. Licenciamento ambiental	638
16.7. Recuperação da área degradada	639
16.8. Questões de concursos públicos comentadas	640
17. PATRIMÔNIO CULTURAL	643
17.1. Conceito e competência material	643
17.2. Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Política Nacional de Cultura Viva	646
17.3. Formas de tutela	651

17.4.	Patrimônio espeleológico	652
17.5.	Patrimônio arqueológico ou pré-histórico	655
17.6.	Registro	656
17.7.	Tombamento	660
17.7.1.	Definição	660
17.7.2.	Previsão legal	661
17.7.3.	Natureza jurídica	661
17.7.4.	Descentralização administrativa	661
17.7.5.	Competência para instituição	661
17.7.6.	Competência legiferante	662
17.7.7.	Objeto	662
17.7.8.	Espécies	662
17.7.9.	Tombamento de ofício	662
17.7.10.	Tombamento provisório	663
17.7.11.	Tombamento definitivo	663
17.7.12.	Procedimento federal	663
17.7.13.	Registro cartorial	664
17.7.14.	Conteúdo da proteção	664
17.7.15.	Zona de entorno	664
17.7.16.	Conservação e reparação	664
17.7.17.	Direito de preferência	664
17.7.18.	Outras formas de instituição	665
17.7.19.	Indenização	666
17.7.20.	Tombamento constitucional	666
17.7.21.	Destombamento	666
17.7.22.	Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	666
17.7.23.	Crimes contra o patrimônio cultural	666
17.7.24.	Jurisprudência	667
17.8.	Desapropriação	670
17.9.	Questões de concursos públicos comentadas	672
18.	PATRIMÔNIO ARTIFICIAL	677
18.1.	Disposições gerais constitucionais e sua regulamentação	677
18.2.	Estatuto da Cidade	679
18.2.1.	Diretrizes da Política Urbana	679
18.2.2.	Instrumentos da Política Urbana	683
18.2.3.	Conteúdo do Plano Diretor	689

18.2.4. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	692
18.3. Estatuto da Metrópole	694
18.4. Parcelamento do solo urbano	697
18.5. Questões de concursos públicos comentadas	704
19. PATRIMÔNIO GENÉTICO	709
19.1. Biodiversidade	709
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação	709
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia	710
19.2. Biossegurança	717
19.2.1. A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida	717
19.2.2. A pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados – OGM	720
19.2.3. CIBio	720
19.2.4. CNBS	720
19.2.5. CTNBio	721
19.2.6. SIB	722
19.2.7. Órgãos e entidades de registro e fiscalização	722
19.2.8. Responsabilidade civil e administrativa	722
19.2.9. Regras de transição	722
19.2.10. Licenciamento ambiental	722
19.3. A situação brasileira	723
19.4. Questões de concursos públicos comentadas	724
20. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS	731
20.1. Introdução	731
20.2. Conceito legal de poluidor	732
20.3. Solidariedade entre poluidores	733
20.4. Nexo de causalidade	737
20.5. Natureza objetiva e teoria do risco integral	740
20.6. Responsabilidade do adquirente de imóvel – obrigação <i>propter rem</i>	752
20.7. Imprescritibilidade da pretensão	757
20.8. Danos ambientais	761
20.9. Teses repetitivas do STJ	778
20.10. Questões de concursos públicos comentadas	793
21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	801
21.1. Disposições gerais	801

21.2. Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regulamentação	804
21.2.1. Tipicidade e legalidade	804
21.2.2. Sanções administrativas	808
21.2.3. Procedimento	822
21.2.4. Tipos em espécie	826
21.2.5. Prescrição	835
21.2.6. Hipóteses de suspensão e conversão da punibilidade administrativa no novo Código Florestal	850
21.3. Outras infrações administrativo-ambientais	851
21.4. Questões de concursos públicos comentadas	854
 Vídeo	861

22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL	865
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica	865
22.2. A figura do garantidor	874
22.3. A competência para o julgamento	875
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica	886
22.5. A dosimetria das sanções	889
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas	890
22.7. As penas das pessoas jurídicas	891
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental	891
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica	892
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes	893
22.11. A suspensão condicional da pena	894
22.12. A iniciativa da ação penal	894
22.13. A suspensão condicional do processo	894
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos	897
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade	897
22.16. Sentença condenatória e reparação	897
22.17. O princípio da insignificância	897
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC ...	903
22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998	904
22.20. Dos crimes contra a fauna	907
22.21. Dos crimes contra a flora	923
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais	949
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	968
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental	974
22.25. Cooperação penal internacional	980

22.26. Tutela penal do meio ambiente em outras leis	981
22.27. Questões de concursos públicos comentadas	983



Vídeo	997
--------------------	-----

23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE 999

23.1. Disposições gerais	999
23.2. Ação individual	1000
23.3. Ação civil pública	1001
23.3.1. Considerações iniciais	1001
23.3.2. Legitimidade ativa	1002
23.3.3. Legitimidade passiva	1004
23.3.4. Competência jurisdicional	1006
23.3.5. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	1013
23.3.6. Regime jurídico da coisa julgada	1016
23.3.7. Controle difuso de constitucionalidade	1024
23.3.8. Pedido	1025
23.3.9. Imprescritibilidade da pretensão	1030
23.3.10. Questões específicas ambientais	1033
23.3.11. Outras regras	1036
23.4. Ação popular	1041
23.4.1. Considerações iniciais	1041
23.4.2. Legitimidade ativa	1041
23.4.3. Legitimidade passiva	1042
23.4.4. Objeto e eficácia da sentença	1042
23.4.5. Competência jurisdicional	1044
23.4.6. Outras disposições	1047
23.5. Questões de concursos públicos comentadas	1047



Vídeo	1055
--------------------	------

24. DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL 1057

24.1. Disposições gerais	1057
24.2. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – Conferência de Estocolmo	1059
24.3. A CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção	1061
24.4. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (RIO/1992 ou ECO/1992)	1063
24.4.1. A Declaração do Rio	1064

24.4.2.	A Agenda 21	1066
24.4.3.	A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas)	1066
24.4.4.	A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade)	1067
24.4.5.	A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	1072
24.5.	Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	1073
24.6.	Acordo de Copenhague	1076
24.7.	Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados	1077
24.8.	Acordo de Paris	1078
24.9.	Questões de concursos públicos comentadas	1080
25.	POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	1087
25.1.	Introdução	1087
25.2.	Medidas executórias	1089
25.3.	Princípios	1090
25.4.	Objetivos	1090
25.5.	Diretrizes	1091
25.6.	Instrumentos	1093
25.7.	Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa	1096
25.8.	O novo Código Florestal e as mudanças climáticas	1098
25.9.	Diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima	1098
25.10.	Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)	1100
25.11.	Questões de concursos públicos comentadas	1102
26.	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1105
26.1.	Introdução	1105
26.2.	Princípios	1107
26.3.	Objetivos	1107
26.4.	Instrumentos	1108
26.5.	Classificação dos resíduos sólidos	1113
26.6.	Responsabilidade dos geradores e do poder público	1114
26.7.	Resíduos perigosos	1116
26.8.	Instrumentos econômicos	1116
26.9.	Proibições	1117
26.10.	Regras de transição	1118

26.11. Questões de concursos públicos comentadas	1119
 Vídeo	1124
27. ORDEM ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	1125
27.1. Introdução	1125
27.2. A ordem econômica ambiental e a relação entre o direito ambiental e o direito econômico	1126
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente	1129
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais	1135
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental	1135
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade	1136
27.7. A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do ICMS aos municípios ("ICMS ecológico")	1137
27.8. Questões de concursos públicos comentadas	1138
28. ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL	1141
28.1. Noções introdutórias	1141
28.2. Definição	1142
28.3. Legislação de regência	1142
28.4. Auditoria de conformidade legal ou obrigatória	1144
28.5. Questão de concurso público comentada	1145
29. SANEAMENTO BÁSICO	1147
29.1. Introdução e definições legais	1147
29.2. Princípios fundamentais	1154
29.3. Exercício da titularidade e prestação	1155
29.4. Planejamento e regulação	1158
29.5. Aspectos econômicos e sociais	1160
29.6. Aspectos técnicos e controle social	1162
29.7. Política Federal de saneamento básico	1164
29.8. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	1166
29.9. Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB)	1166
29.10. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB)	1167
29.11. Questões de concursos públicos comentadas	1167
30. ÍNDIOS E MEIO AMBIENTE	1171
30.1. Indigenato e terras indígenas	1171

30.2.	Outras áreas indígenas reservadas	1182
30.3.	Exploração dos recursos naturais	1183
30.4.	Unidades de conservação	1184
30.5.	Conhecimento tradicional associado dos índios ao patrimônio genético	1185
30.6.	Licenciamento ambiental e participação da FUNAI	1185
30.7.	Questões de concursos públicos comentadas	1188
31.	POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE	1191
31.1.	Energia e suas fontes	1191
31.2.	Política energética do Brasil	1194
31.3.	Petróleo e gás natural	1196
31.4.	Biocombustíveis	1201
31.5.	Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia	1202
31.6.	Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1203
31.7.	Energia nuclear	1205
31.8.	Rejeitos radioativos	1208
31.9.	Política nacional de biocombustíveis	1213
31.10.	Questões de concursos públicos comentadas	1215
32.	MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1217
32.1.	Composição e normatização constitucional	1217
32.2.	Proteção ao meio ambiente do trabalho	1218
32.3.	Acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados	1221
32.4.	Responsabilidade civil das empresas pelo dano ambiental do trabalho	1226
32.5.	Questões de concursos públicos comentadas	1227
33.	SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1229
33.1.	Introdução	1229
33.2.	Licitações e contratações sustentáveis	1231
33.3.	Regras de sustentabilidade no estatuto das empresas estatais	1243
33.4.	Rotulagem ambiental	1245
33.5.	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	1246
33.6.	Portaria SEGES/me nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e Portaria SEGES/ MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023 (plano de gestão de logística sustentável na Administração Pública Federal)	1251
33.7.	Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021	1252
33.8.	Resolução STF 561, de 24 de setembro de 2015	1260
33.9.	Instrução Normativa STJ/GDG n. 4, de 16 de janeiro de 2024	1263
33.10.	Ato Conjunto CSJT/TST/GP nº 24/2014	1268
33.11.	Ato da Comissão Diretora do Senado 4/2013	1278

33.12. Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016	1283
33.13. Resolução TCU 268, de 4 de março de 2015	1287
33.14. Resolução CNJ 433, de 27 de outubro de 2021	1291
33.15. Resolução CNJ 646, de 27 de setembro de 2025	1294
33.16. Resolução de concursos públicos comentadas	1298
34. POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNPSA)	1303
34.1. Introdução	1303
34.2. Definições legais	1305
34.3. Modalidades de pagamentos por serviços ambientais	1306
34.4. Objetivos da PNPSA	1307
34.5. Diretrizes da PNPSA	1308
34.6. Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA)	1309
APÊNDICE	1311
BIBLIOGRAFIA	1323